DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CVC REAG INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTIESTRATÉGIA
CNPJ: 57.247.762/0001-04
(Administrado pela CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda., atual denominação da REAG Trust Administradora de Recursos Ltda.)
CNPJ nº 23.863.529/0001-34

Em 31 de dezembro de 2025
e relatório dos auditores independentes

São Paulo, 29 de maio de 2026

À
CVC REAG INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTIESTRATÉGIA
São Paulo - SP

Atenção: Aos Administradores

Prezados Senhores,

Estamos encaminhando a V.Sas. o relatório dos auditores independentes e as demonstrações contábeis do **CVC REAG INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTIESTRATÉGIA**, em 31 de dezembro de 2025, preparadas sob a responsabilidade de sua administração.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO BORDIGNON:24752329867
Assinado de forma digital por JOSE RICARDO BORDIGNON:24752329867
Dados: 2026.08.18 10:04:10 -03'00'

José Ricardo Bordignon
CRC 1SP221807/O-6

R.BORDIGNON

Índice

Páginas

Relatório dos auditores independentes 2
Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira 5
Demonstração do Resultado do exercício 6
Demonstração da Evolução do Patrimônio Líquido 7
Demonstração dos fluxos de caixa - Método direto 8
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis 9

R.BORDIGNON

RBORDIGNON AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES LTDA.
CNPJ/MF sob o nº47.569.752/0001-31
Avenida Marques de São Vicente, nº 2219, Sala 1111, 11º andar
Água Branca, São Paulo - SP
CEP 05036-040
www.rbordignon.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Cotistas e Administradores do
CVC REAG INVESTIMENTOS FUNDO
DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTIESTRATÉGIA
(Administrado pela CBSF Trust Administradora de
Recursos Ltda. (antiga CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda.)

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do **CVC REAG INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTIESTRATÉGIA ("Fundo"),** que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de Investimentos.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota Explicativa No 8, em 31 de dezembro de 2025, o Fundo apresentava passivo a descoberto no montante de R$ 23.208,74, e capital circulante negativo, no montante de R$ 23.208,74, o que denota a insuficiência de caixa para liquidação dos seus passíveis exigíveis de curto prazo. Dessa forma, a continuidade operacional do Fundo e a realização de seus ativos, assim como a liquidação de seus passivos, dependem substancialmente de novos aportes de recursos por parte dos cotistas e/ou de medidas a serem adotadas pela Administração. Em razão da relevância desse assunto para as demonstrações financeiras, nossa opinião está ressalvada em relação aos possíveis efeitos decorrentes da incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional do Fundo.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras'. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos

Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes e, consequentemente, não expressamos opinião de auditoria sobre essas cifras comparativas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Com base nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos assuntos que demandassem comunicação como principais assuntos de auditoria em nosso relatório.

Responsabilidade da administradora sobre as demonstrações financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, regulados pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião com ressalva. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos nosso ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras e, com base nas evidências de auditoria obtidas, concluímos que existe incerteza relevante relacionada a eventos ou condições que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, o Fundo apresenta patrimônio líquido negativo, insuficiência de recursos financeiros para liquidação de seus passivos de curto prazo e inexistência de investimentos ou outros ativos geradores de caixa capazes de suportar suas operações. A continuidade operacional do Fundo depende substancialmente de novos aportes de recursos pelos cotistas e/ou da adoção de medidas por parte da Administração. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança a declaração de que cumprimos com exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis a independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as circunstâncias adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de maio de 2026.

RBORDIGNON Auditores
Sociedade Simples Independentes Ltda.
CRC 2SP04617/O-9

JOSE RICARDO BORDIGNON:24752329867
Assinado de forma digital por JOSE RICARDO BORDIGNON:24752329867
Dados: 2026.08.18 10:04:24 -03'00'

José Ricardo Bordignon
CRC 1SP221807/O-6

CVC REAG INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTIESTRATÉGIA
CNPJ nº 57.247.762/0001-04
(Administrado CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda., atual denominação da REAG Trust Administradora de Recursos Ltda.)
CNPJ nº 23.863.529/0001-34

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais, exceto quantidades)

	Notas	2025	% s/ PL	2024 (Não auditado)	% s/ PL
Disponibilidades		**-**	**0%**	**161**	**5%**
Banco conta movimento		-	0%	161	5%
Renda Variável | Ações	**5**	**15**	**(65%)**	**-**	**0%**
BLU365		15	**(65%)**	-	0%
Cotas de fundo de investimento	**4**	**1**	**(2%)**	**10**	**0%**
Cotas de fundo multimercado		1	(2%)	10	0%
Outros valores a receber		**-**	**0%**	**7.461**	**227%**
Outros valores a receber		-	0%	7.431	227%
Valores recebidos a identificar		-	0%	30	1%
Total do ativo		**16**	**(2%)**	**7.632**	**233%**
Valores a pagar	**9**	**39**	**(60%)**	**4.353**	**133%**
Valores a pagar - compra de ativos		-	0%	4.340	132%
Taxa de gestão		14	(60%)	13	0%
Taxa de administração		25	(108%)	- 0	0%
Total do passivo		**39**	**(168%)**	**4.353**	**133%**
(Passivo a descoberto)/Patrimônio líquido	**8**	**(23)**	**100%**	**3.280**	**100%**
Total do passivo e (Passivo a descoberto) /Patrimônio Líquido		**16**	**40%**	**7.632**	**233%**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CVC REAG INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTIESTRATÉGIA
CNPJ nº 57.247.762/0001-04
(Administrado CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda., atual denominação da REAG Trust Administradora de Recursos Ltda.)
CNPJ nº 23.863.529/0001-34

Demonstração dos resultados do período de 08 de novembro (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quantidades)

	Notas	01/01/2025 a 31/12/2025	08/11/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)
Outras receitas		**(3.577)**	**91**
Contrato de Mútuo	**5**	(3.592)	-
Cotas de fundo de renda fixa	**4**	4	-
Cotas de fundo de multimercado	**4**	1	-
Outras receitas operacionais		10	91
Despesas		**(226)**	**(26)**
Taxa de gestão	**12**	(135)	(25)
Taxa de registro de ofertas		-	(1)
Taxa de administração	**12**	(68)	-
Taxa de custódia		(5)	-
Taxa CVM		(3)	-
Ajuste de Patrimônio Líquido		(15)	-
			-
Total do resultado do exercício/período		**(3.803)**	**65**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CVC REAG INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTIESTRATÉGIA
CNPJ nº 57.247.762/0001-04
(Administrado CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda., atual denominação da REAG Trust Administradora de Recursos Ltda.)
CNPJ nº 23.863.529/0001-34

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do período de 08 de novembro (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quantidades)

	Cotas integralizadas / amortizadas	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
Saldo inicial (Não auditado)	**-**	**-**	**-**
Emissão de cotas	3.215	-	**3.215**
Resultado líquido do período	-	65	**65**
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Não auditado)	**3.215**	**65**	**3.280**
Saldo inicial	**3.215**	**65**	**3.280**
Emissão de cotas	500	-	**500**
Resultado líquido do exercício	-	(3.803)	**(3.803)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**3.715**	**(3.738)**	**(23)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CVC REAG INVESTIMENTOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTIESTRATÉGIA
CNPJ nº 57.247.762/0001-04
(Administrado CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda., atual denominação da REAG Trust Administradora de Recursos Ltda.)
CNPJ nº 23.863.529/0001-34

Demonstrações do fluxo de caixa método direto para o período de 08 de novembro (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2024 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quantidades)

	2025	08/11/2024 a 31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		**(Não auditado)**
Aquisição renda fixa	-	(3.000)
Aquisições de Ações	(30)	-
Aplicação de renda fixa	(9.436)	-
Resgate de renda fixa	8.936	-
Aplicação cotas de fundos de investimento	(114)	(10)
Resgate cotas de fundos de investimento	127	-
Taxa de gestão	(134)	(13)
Créditos a identificar	30	(30)
Taxa de administração	(38)	-
Taxa CVM	(3)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	**(661)**	**(3.053)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Emissão de cotas	500	3.215
Caixa líquido das atividades de financiamento	**500**	**3.215**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(161)**	**163**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / período	161	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício / período	-	161
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(161)**	**161**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O CVC REAG Investimentos Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia ("Fundo"), administrado pela CBSF TRUST ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA., foi constituído sob a forma de condomínio fechado e com prazo de duração indeterminado em 11 de setembro de 2024 e iniciou suas operações em 08 de novembro de 2024. O Fundo é regido pelo regulamento ("Regulamento"), pela Resolução CVM 175 e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

O Fundo possuirá um único cotista, portanto é considerado exclusivo, nos termos da resolução 175 da CVM.

O objetivo preponderante da Classe Única é proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas no longo prazo e o retorno financeiro aos Cotistas, por meio da aquisição de Ativos Alvo de emissão de Sociedades Alvo, conforme o caso.

Esta Classe terá como política de investimento a aquisição de Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo, sem qualquer limite de concentração, podendo a Classe alocar 100% (cem por cento) dos seus recursos disponíveis em Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo. ("Política de Investimento").

1.1. Classificação de não entidade de investimento

A Administração do Fundo, com base na Instrução CVM nº 579, avaliou e classificou o Fundo como "Não Entidade de Investimento". O fundo foi classificado como não entidade de não investimento para acatar a determinação do ofício por não atender os artigos 4º e 5º da instrução CVM 579/2016. Desta forma, o fundo utilizou o método de avaliação por equivalência patrimonial, conforme determina o artigo 8º da ICVM 579/2016. Dentre as principais considerações que levaram a esta classificação, destacamos a seguintes:

a) O Fundo não obtém recursos de um ou mais investidores propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado que deve possuir plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, não sendo obrigado a consultar os cotistas para essas decisões e tampouco indicar os cotistas ou partes a eles ligadas como representantes nas entidades investidas;

b) O Fundo não possui mais de um investimento, direta ou indiretamente; e

c) O Fundo não possui mais de um cotista, direta ou indiretamente.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimento imobiliários, regulamentados pela Resolução CVM nº 175/22 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), incluindo os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, desde que não conflitantes com as disposições contidas nas instruções especificas dos Fundos de Investimento Imobiliário.

(a) Autorização da emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025 tiveram sua emissão e publicação autorizadas em 29 de maio de 2026 no site da Comissão de Valores Mobiliários "CVM", via plataforma "Fundos.Net" da Brasil, Bolsa, Balcão "B³" e instituição administradora, bem como posteriormente serão aprovadas em Assembleia Geral de Cotistas, de acordo com a legislação em vigor.

(b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros de natureza imobiliária e não imobiliária, bem como as propriedades para investimentos que estão mensurados pelo valor justo conforme requerido pela instrução CVM 516/11.

(c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado. Essas demonstrações contábeis estão sendo apresentadas única e exclusivamente em função da transferência de administração, dessa forma, não estão sendo apresentadas de forma comparativa.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis do Fundo, de acordo com as normas contábeis vigentes aplicáveis aos fundos de investimento imobiliários exige que a Administradora faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

(a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

(b) Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são atualizados, diariamente, pelo valor da cota divulgada pelos respectivos administradores.

(c) Outros valores a receber e a pagar

As obrigações e os direitos são reconhecidos por regime de competência de acordo com as receitas e despesas que são apropriadas durante o exercício, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

(d) Redução ao valor recuperável dos ativos

Os valores contábeis dos ativos são revisados a cada data de balanço para avaliar se há necessidade de reconhecimento de alguma perda por redução ao valor recuperável do investimento. Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo e reconhece-se a perda. Essa revisão é efetuada, no mínimo, uma vez ao ano e os ajustes são reconhecidos no resultado do exercício.

(e) Investimentos – Participações em companhias fechadas

(I) Ações de companhias fechadas

Com a adoção inicial da Instrução CVM 579/16, a Administradora adotou o método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos contidos na carteira do Fundo, em conformidade com a Resolução CVM 175 para critérios de não entidades de investimentos.

(II) Dividendos e juros de capital próprio

Os dividendos e juros sobre o capital que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pelas Companhias Investidas serão incorporados ao patrimônio líquido do Fundo no momento do seu recebimento e registrado na conta de "Dividendos e juros de capital próprio.

4. Cotas de fundo de investimento

Em 31 de dezembro de 2025, as cotas de fundo de investimento estavam assim descritas:

Cotas de fundo de investimento	Quantidade	2025
REAG Master FIM CP	353	1
Total	**353**	**1**

Cotas de fundo de investimento	Quantidade	2024 (Não auditado)
REAG Master FIM CP	6.701	10
Total	**6.701**	**10**

O resultado com cotas de fundos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 5, não havia saldo em 2024.

REAG MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO – CNPJ: 32.313.878/0001-73

O Fundo REAG Master Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("Fundo") foi constituído em 04 de dezembro de 2018, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, iniciou suas atividades em 12 de março de 2019. O Fundo é destinado a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021.

O Fundo se classifica como um Fundo Multimercado, estando sujeito a vários fatores de risco sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial. A alocação do Fundo deverá obedecer às limitações previstas no Regulamento e na regulamentação em vigor, principalmente no que tange a categoria a que o Fundo pertence. Para os fins do Regulamento, consideram-se ativos financeiros aqueles elencados no §5º do artigo 2º da Instrução CVM nº 555/14, dentre eles: títulos da dívida pública, contratos derivativos, ativos negociados nos mercados bursáteis e cotas de fundos de investimento.

A gestão da carteira do Fundo compete à CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda. ("Gestora").

As demonstrações financeiras do Fundo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentaram o relatório dos auditores independentes emitido em 23 de abril de 2024, sem modificação de opinião.

5. Ações de companhias fechadas.

Títulos para negociação	Saldo em 31/12/2025		
	Valor custo	Quantidade	Valor de mercado
BLU365	15	1.522	15
Total	**15**	**1.522**	**15**

BLU365 S.A.

BLU365 S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Vicente Pinzon, nº 54, 9º andar, Vila Olímpia, CEP 04.547-130, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.229.158/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (Blu365 Companhia Mutuária);

Em 11 de novembro de 2024, a Mutuante e a Companhia, com a interveniência anuência dos Intervenientes Anuentes, celebraram o Contrato de Mútuo Conversível e Outras Contrato de Mútuo qual foram estabelecidos os termos e condições para regular a disponibilização de recursos pela Mutuante à Companhia, a título de mútuo conversível em participação societária;

Em 27 de junho de 2025 o Primeiro Aditivo ao Contrato de Mútuo foi celebrado para alterar determinadas obrigações relacionadas à disponibilização do Valor do Mútuo Primeiro Aditivo;

Nesta data o Segundo Aditivo ao Contrato de Mútuo foi celebrado para estabelecer um novo prazo para aporte dos valores relativos à Parcela Despesas, incluindo os valores atribuídos à Liberação Periódica Vencida, e incluir, como garantia ao pagamento dos referidos valores, a Opção de Compra para a Blu365 adquirir a totalidade das Ações e direitos detidos pela Mutuante contra a Blu365, incluindo os direitos relacionados ao próprio Mútuo Conversível Segundo Aditivo.

Mútuo:

Em 27 de novembro de 2025, o fundo possuía R$ 3,900 (três milhões e novecentos mil reais) registrados em ativo da KITADO. No entanto, em 28 de novembro de 2025, essa posição foi integralmente baixada da carteira do fundo. Em contrapartida, o Fundo recebe um montante de R$ 500 (quinhentos mil reais), o que gerou um prejuízo de R$ 3.592 (três milhões e quinhentos e noventa e dois mil reais), conforme demonstração do resultado.

6. Instrumentos financeiros derivativos

É vedado à Classe Única a realização de operações com derivativos, exceto quando tais operações (i) forem realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial dos Ativos Alvo que integram a Carteira; ou (ii) envolverem opções de compra ou venda de Ativos Alvo das Sociedades Investidas que integram a Carteira com o propósito de: (a) ajustar o preço de aquisição da Sociedade Investida com o consequente aumento diminuição futura na quantidade de ações investidas; ou (b) alienar essas ações no futuro como parte de estratégia de desinvestimento.

No período de 08 de novembro (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2025, o Fundo não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

7. Gerenciamento de risco

Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocar em prática a Política de Investimento da Classe Única, os investimentos da Classe Única estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e

negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a Administradora e a Gestora mantenham rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para a Classe Única e aos Cotistas. Os recursos que constam na Carteira e o Cotista estão sujeitos aos seguintes Fatores de Riscos, de forma não exaustiva:

(i) RISCO DE CRÉDITO. Consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos Ativos Alvo ou dos Outros Ativos ou pelas contrapartes das operações da Classe Única;

(ii) RISCO RELACIONADO A FATORES MACROECONÔMICOS E À POLÍTICA GOVERNAMENTAL. A Classe Única também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora e dos demais prestadores de serviços do Fundo, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas;

(iii) RISCO DE MERCADO EM GERAL. Consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos da Classe Única, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como taxa de juros, liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais;

(iv) RISCOS RELACIONADOS ÀS SOCIEDADES ALVO E AOS ATIVOS ALVO DE EMISSÃO DA SOCIEDADE ALVO. Os investimentos da Classe Única são considerados de longo prazo e o retorno do investimento pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. A Carteira da Classe Única está concentrada em Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo. Embora a Classe Única tenha sempre participação no processo decisório da respectiva Sociedade Alvo, não há garantias de (a) bom desempenho das Sociedades Alvo, (b) solvência das Sociedades Alvo, e (c) continuidade das atividades das Sociedades Alvo;

(v) RISCO SOBRE A PROPRIEDADE DAS SOCIEDADES ALVO. Apesar de a Carteira ser constituída, predominantemente, pelos Ativos Alvo de emissão das Sociedades Alvo, a propriedade das Cotas não confere ao Cotista a propriedade direta sobre tais Ativos Alvo;

(vi) RISCO DE INVESTIMENTO NAS SOCIEDADES ALVO (TRABALHISTA, AMBIENTAL, PREVIDENCIÁRIO, CÍVEL, ADMINISTRATIVO ETC.). A Classe Única investirá na Sociedades Alvo plenamente constituída e em funcionamento. Desta forma, existe a possibilidade da Sociedade Alvo: (a) estar inadimplente em relação ao pagamento de tributos federais, estaduais ou municipais; (b) descumprir obrigações relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; (c) possuir considerável passivo trabalhista, ambiental, cível, administrativo, entre outros. Dessa forma, dependendo da complexidade da questão e dos montantes envolvidos, o Fundo e, consequentemente o Cotista, poderá ter significativas perdas patrimoniais decorrentes dos eventos indicados acima;

(vii) OUTROS RISCOS RELACIONADOS ÀS SOCIEDADES INVESTIDAS: embora a Gestora, por meio dos Ativos Alvo, tenha participação no processo decisório das Sociedades Investidas, não há garantias de: (a) bom desempenho de quaisquer das Sociedades Investidas, (b) solvência das Sociedades Investidas ou (c) continuidade das atividades das Sociedades Investidas. Tais riscos, se materializados, podem impactar negativa e significativamente os resultados dos Ativos Alvo e, consequentemente, o valor das Cotas. Não obstante a diligência e o cuidado do Administrador e da Gestora, os pagamentos relativos aos títulos ou Ativos Finais de emissão das Sociedades Investidas, como dividendos, juros sobre capital próprio e outras formas de remuneração/bonificação podem vir a se frustrar em razão da insolvência, falência, mau desempenho operacional da respectiva Sociedade Investida, ou, ainda, outros fatores. Em tais ocorrências, os Ativos Alvo e, consequentemente, o Fundo e os seus Cotistas poderão experimentar perdas, não havendo qualquer garantia ou certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Os investimentos nas Sociedades Investidas envolvem riscos relativos aos respectivos setores em que atuam tais companhias. Não há garantia quanto ao desempenho desses setores e nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Sociedades Investidas acompanhe pari passu

o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho das Sociedades Investidas acompanhe o desempenho do seu setor de atuação, não há garantia de que os Ativos Alvo e, consequentemente, o Fundo e os seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos. Os Ativos Alvo poderão fazer investimentos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar as práticas de governança indicadas neste Regulamento, não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto: (a) ao bom acompanhamento das atividades e resultados dessas companhias e (b) a correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar o valor das Cotas.

(viii) RISCO DE DILUIÇÃO. A Classe Única poderá não exercer o direito de preferência que lhe cabe nos termos das normas legais e contratuais aplicáveis, em quaisquer aumentos de capital que venham a ser realizados pelas Sociedades Alvo. Dessa maneira, caso sejam aprovados quaisquer aumentos de capital da Sociedade Alvo no futuro, a Classe Única poderá ter sua participação no capital da Sociedade Alvo diluída;

(ix) RISCO DE CONCENTRAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO: A Classe Única adquirirá Ativos Alvo de emissão, exclusivamente, das Sociedades Alvo, e poderá adquirir Outros Ativos de emissão de um ou mais emissores, sendo que, além do disposto na política de investimento prevista neste Anexo, não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação setorial para os Ativos Alvo e para os Outros Ativos que poderão compor a Carteira, salvo aqueles previstos na regulamentação aplicável;

(x) RISCO RELACIONADO ÀS CORRETORAS E DISTRIBUIDORAS DE VALORES MOBILIÁRIOS. A Classe Única poderá ainda incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários;

(xi) RISCOS DE LIQUIDEZ DOS ATIVOS DO FUNDO. As aplicações da Classe Única nos Ativos Alvo apresentam peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, já que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez garantida;

(xii) RISCO DE LIQUIDEZ REDUZIDA DAS COTAS E DO MERCADO SECUNDÁRIO. A Classe Única é constituída sob a forma de condomínio fechado e, portanto, não será permitido ao Cotista solicitar o resgate de suas Cotas a qualquer momento, mas tão somente nas hipóteses previstas neste Anexo e nas normas aplicáveis, incluindo o término do Prazo de Duração da Classe Única e as hipóteses de liquidação antecipada do Fundo e/ou da Classe Única, mediante a deflagração dos Eventos de Liquidação. Se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas Cotas, ele terá que aliená-las privadamente, visto que as Cotas não serão registradas para negociação no mercado secundário. Ainda que o fossem, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento não apresenta alta liquidez, o que acarretaria dificuldades na alienação dessas Cotas e/ou ocasionaria a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao Cotista;

(xiii) RISCO DE AMORTIZAÇÃO EM ATIVOS: Em caso de iliquidez dos Ativos Alvo e/ou dos Outros Ativos da Classe Única, as Cotas, por orientação do Assembleia Especial, poderão ser amortizadas mediante entrega de Ativos Alvo e/ou de Outros Ativos ao Cotista, proporcionalmente à sua participação na Classe Única. Nesse caso, o Cotista poderá encontrar dificuldades para alienar tais ativos entregues como pagamento da amortização;

(xiv) RESGATE POR MEIO DA DAÇÃO EM PAGAMENTO DOS ATIVOS INTEGRANTES DE CARTEIRA. A Classe Única poderá efetuar o resgate das Cotas mediante entrega de bens e direitos, caso ainda existam na Carteira. Nesse caso, o Cotista poderá receber Ativos Alvo e/ou Outros Ativos em dação em pagamento pelo resgate de suas Cotas, nas respectivas proporções de participação na Classe Única, e poderão encontrar dificuldades para aliená-los;

(xv) RISCO RELACIONADO AO DESEMPENHO PASSADO. Ao analisar quaisquer informações fornecidas em qualquer material de divulgação da Classe Única e/ou do Fundo que venha a ser disponibilizado acerca de resultados passados de quaisquer mercados, ou de quaisquer investimentos

em que a Administradora /ou os demais prestadores de serviço do Fundo tenham de qualquer forma participado, os investidores devem considerar que qualquer resultado obtido no passado não é indicativo de possíveis resultados futuros, e não há qualquer garantia de que resultados similares serão alcançados pelo Fundo e/ou pela Classe Única e/ou pelas Sociedades Alvo;

(xvi) RISCOS DE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO FUNDO E/OU AO COTISTA. A legislação aplicável ao Fundo, à Classe Única, ao Cotista e aos investimentos efetuados pela Classe Única, incluindo, sem limitação as leis tributárias e regulamentações específicas do mercado de fundos, está sujeita a alterações. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das Cotas, bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das Cotas. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados da Classe Única;

(xvii) RISCO DE NÃO REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PELO FUNDO. Os investimentos da Classe Única são considerados de longo prazo e o retorno do investimento na Sociedade Alvo pode não ser condizente com o esperado pelo Cotista. Não há garantias de que os investimentos pretendidos pela Classe Única estarão disponíveis no momento e em quantidade conveniente ou desejável à satisfação da política de investimento da Classe Única, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo na não realização dos mesmos;

(xviii) RISCO DE POTENCIAL CONFLITO DE INTERESSES. A Classe Única poderá adquirir ativos de emissão da Sociedades Alvo, na qual os Cotistas detenham ou venha a deter participação acionária, direta ou indiretamente. Além disso, desde que aprovado pelos Cotistas reunidos em Assembleia Especial, a Classe Única poderá figurar como contraparte da Administradora, da Gestora, ou dos Cotistas, bem como de fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados e/ou geridos pela Administradora e/ou pela Gestora. Desta forma, tais partes poderão eventualmente tomar decisões relacionadas à Sociedades Alvo que possam afetar negativamente a rentabilidade da Classe Única;

(xix) RISCO DE NÃO APROVEITAMENTO DE BENEFÍCIO FISCAL. É o não atendimento pela Classe Única, pelas Sociedades Investidas e/ou pelo Cotista das exigências legais para aproveitamento de benefícios fiscais;

(xx) RISCOS DE ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. o Governo Federal regularmente introduz alterações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária incidente sobre o mercado de valores mobiliários brasileiro. Essas alterações incluem modificações na alíquota e na base de cálculo dos tributos e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários, cujos recursos são destinados a determinadas finalidades governamentais. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados. No entanto, algumas dessas medidas poderão sujeitar as Sociedades Alvo e os Outros Ativos integrantes da Carteira, o Fundo e/ou os Cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis às Sociedades Alvo, aos Outros Ativos integrantes da Carteira, ao Fundo e/ou aos Cotistas permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas no contexto de uma eventual reforma tributária, o que poderá impactar os resultados do Fundo e, consequentemente, a rentabilidade dos Cotistas;

(xxi) RISCO DE DERIVATIVOS. Consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade da Classe Única, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas ao Cotista. Mesmo para a Classe Única, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um hedge perfeito ou suficiente para evitar perdas à Classe Única; e

(xxii) RISCO DE INSTABILIDADE ECONÔMICA RESULTANTE DO IMPACTO DA PANDEMIA MUNDIAL DO COVID-19: Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente do novo coronavírus (Covid-19), cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Os efeitos na economia

mundial para o ano de 2020 já são sentidos em decorrência das ações governamentais que determinaram em diversos países a redução forçada das atividades econômicas nas regiões mais afetadas pela pandemia. Em 26 de fevereiro de 2020, foi confirmado o primeiro caso de paciente infectado com o novo coronavírus (Covid-19) no Brasil. Nos meses seguintes, o governo brasileiro decretou diversas medidas de prevenção para enfrentar a pandemia, dentre elas a restrição à circulação de pessoas, o que tem potencial para afetar a economia nacional como um todo. Neste sentido, não há como prever assertivamente qual será o efeito do alastramento do vírus e das medidas preventivas na economia do Brasil e dos demais mercados nos quais o Fundo investe, e nos resultados do Fundo. Adicionalmente, tais surtos podem resultar em restrições a viagens, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, além da volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, podendo ocasionar um efeito adverso relevante na economia como um todo e, consequentemente, no Fundo.

8. Emissão, integralização, amortização e resgate de cotas

A Classe Única será constituída por Cotas que corresponderão a frações ideais do Patrimônio Líquido da Classe Única e terão a forma escritural, nominativa, conferindo a seus titulares os mesmos direitos e deveres patrimoniais e econômicos.

Emissão

A primeira emissão de Cotas do Fundo terá um montante total de oferta de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e serão emitidas um total de 10.000 (dez mil) Cotas no valor individual de R$ 1.000,00 (mil reais) por Cota, sendo o montante mínimo de oferta de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). As Cotas da 1ª Emissão deverão ser totalmente subscritas até a data de encerramento da respectiva Oferta. A Oferta terá o prazo máximo de 6 (seis) meses, contados do registro da oferta e da divulgação do seu aviso de início. Ao receber a Chamada de Capital, o Cotista será obrigado a integralizar parte ou a totalidade de suas Cotas, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva Chamada de Capital, nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram integralizadas 407,666975 (3.215,000000), cotas no montante de R$ 500, (R$ 3.215 em 2024).

Amortização e resgate

Não haverá resgate de Cotas, exceto quando do término do Prazo de Duração da Classe Única ou da liquidação antecipada da Classe Única ou do Fundo.

A Administradora poderá realizar amortizações parciais das Cotas, a qualquer tempo, mediante pedido da Gestora e no melhor interesse da Classe Única, em especial quando ocorrerem eventos de alienação de Ativos Alvo. A amortização será feita mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de Cotas integralizadas existentes.

No período de 08 de novembro (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, não houve amortização/resgate de cotas.

9. Transações com partes relacionadas

No período de 08 de novembro (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 o Fundo realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

a) Despesas e exigibilidades com parte relacionada

Transações	Valores a pagar	Despesas	Instituição	Relacionamento
01/01/2025 até 31/12/2025				
Taxa de administração	25	(68)	CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda., (atual denominação da REAG Trust Administradora de Recursos Ltda.)	Administradora
Taxa de gestão	14	(135)	ARANDU PORTFOLIO SOLUTIONS LTDA	Gestora

Transações 08/11/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	Valores a pagar	Despesas	Instituição	Relacionamento
Taxa de gestão	13	(25)	Reag Venture Capital & Growth Equities Ltda.	Gestora

b) Aplicações com parte relacionada

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Fundo possuía cotas de fundo de investimento cuja administração e gestão são partes relacionadas no montante de R$ 1 (R$ 10 em 2024), conforme nota 12.

10. Serviços de Administração, gestão e custódia

O Fundo é administrado pela CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda., (atual denominação da REAG Trust Administradora de Recursos Ltda.), empresa autorizada a prestar os serviços de Administrador de carteiras de valores mobiliários.

A Gestão da carteira do Fundo será gerida pela REAG VENTURE CAPITAL & GROWTH EQUITIES LTDA. autorizada a prestar os serviços de gestor profissional dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo.

As atividades previstas no Anexo 4 da Resolução CVM n.º 175/2022, serão desempenhadas pelo Administrador do Fundo. Caso seja necessária a contratação de custodiante, este será contratado pelo Administrador.

11. Custódia de títulos

As ações de companhias de capital fechado encontram-se devidamente registradas nos Livros de Ações e documentos societários das empresas investidas.

As cotas de fundos de investimento são escriturais e encontram-se custodiadas na sede dos respectivos administradores.

12. Remuneração da Administração e Gestão

Pela prestação dos serviços, incluindo as atividades de administração e custódia, o Fundo deverá, a partir da data de realização do primeiro aporte, pagar uma taxa equivalente a: 5 (cinco mil reais) fixos e mensais. (“Taxa de Administração”).

Pela prestação dos serviços, incluindo as atividades de gestão, o Fundo deverá, a partir da data de realização do primeiro aporte, pagar mensalmente, até o 2º 31 (segundo) dia útil do mês subsequente ao vencido, uma Taxa de Gestão, equivalente a: R$ 10 (dez mil reais) por ativo integrante da carteira do Fundo. ("Taxa de Gestão").

No período de 31 de dezembro de 2025, a despesa provisionada a título de taxa de administração foi de R$ 68, não houve em 2024.

No período 31 de dezembro de 2025, a despesa provisionada a título de taxa de gestão foi de R$ 135 (R$ 25 em 2024).

Não há cobrança de taxas de ingresso, de saída do Fundo e/ou de performance.

13. Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

Conforme Resolução CVM n° 162/22, a Administradora no exercício auditado, não contratou nem teve quaisquer outros serviços prestados pelo auditor independente do Fundo, relacionados a este Fundo por ela administrado que não os serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis do Fundo. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

14. Política de distribuição de resultados

As quantias atribuídas ao Fundo a título de dividendos, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pelas Companhias Investidas, bem como demais rendimentos e proventos, serão, (a) distribuídas aos cotistas, na proporção das cotas por eles detidas, ou (b) reinvestidos no Fundo.

15. Tributação

Não há incidência de imposto de renda sobre os rendimentos auferidos pela carteira do Fundo.

De acordo com a Lei nº 11.312/06, nas amortizações ou no resgate de cotas, a base de cálculo do imposto de renda será a diferença positiva entre o valor da amortização ou do resgate e o valor de aquisição, sendo aplicada alíquota de 15% (quinze por cento).

A forma de apuração e de retenção de imposto de renda na fonte descrita acima não se aplica aos cotistas que estão sujeitos a regimes de tributação diferenciados, nos casos previstos na legislação em vigor.

Os rendimentos e ganhos auferidos com operações realizadas pela carteira do Fundo não estão sujeitos ao IOF.

16. Encargos debitados ao Fundo

As despesas debitadas ao Fundo em relação ao patrimônio líquido estão demonstradas como segue:

	01/01/2025 a 31/12/2025	% PL	08/11/2024 a 31/12/2024 (Não auditado)	% PL
Patrimônio líquido médio	**3.259**		**3.240**	
Taxa de gestão	(135)	(4,14%)	(25)	(0,77%
Taxa de registro de ofertas	-	-	(1)	(0,05%)
Taxa de administração	(68)	(2,07%)	-	-
Total	**(203)**	(6,21%)	**(26)**	(0,82%)

17. Rentabilidade

A rentabilidade do Fundo e o valor da cota no período de 08 de novembro (início das atividades do Fundo) a 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025, foi a seguinte:

	Patrimônio líquido médio	Valor da cota	Rentabilidade %
Em 31/12/2025	3.259	(459,753330)	(145,07)
Período de 08/11/2024 a 31/12/2024	3.240	1.020,110603	2,01
08/11/2024 (*) **(Não auditado)**	-	1.000,000000	-

(*) Início das atividades do Fundo.

A rentabilidade obtida pelo Fundo no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

18. Contrato de prestação de serviços de controladoria para o Fundo

A prestação dos serviços de distribuição, liquidação, controle de ativos e passivos, cálculo de cota, processamento, contabilidade e tesouraria, serão desempenhados pelo Administrador do Fundo, visando ao atendimento das normas Legais e Regulamentares. Caso seja necessária a contratação de custodiante, este será contratado pelo Administrador.

19. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas contra a administração do Fundo.

20. Política de divulgação das informações

A convocação da Assembleia Geral far-se-á por meio de correspondência encaminhada a cada Cotista, admitida a utilização de correio eletrônico, ficando os Cotistas responsáveis, para tanto, pela atualização de seus dados cadastrais, ou por publicação em periódico de grande circulação (informado previamente aos Cotistas) e dela constarão, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral de Cotistas, bem como a respectiva ordem do dia a ser deliberada, sendo que, caso não disponha em contrário a convocação, a Assembleia Geral ocorrerá na sede da Administradora.

21. Direito de voto

A convocação da assembleia por solicitação dos Cotistas deve: (i) ser dirigida à Administradora, que deve, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do recebimento, realizar a convocação da Assembleia Geral às expensas dos requerentes, salvo se a Assembleia Geral assim convocada deliberar em contrário e; (ii) conter eventuais documentos necessários ao exercício do direito de voto dos demais cotistas.

Somente poderão votar na Assembleia Geral os Cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para sua realização, estiverem inscritos no livro "Registro dos Cotistas" ou na conta de depósito, conforme for o caso.

Será atribuído a cada Cota o direito a um voto na Assembleia Geral de Cotistas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administradora não exerceu o direito de voto.

22. Eventos subsequentes

Em 25 de fevereiro de 2026, os cotistas do Fundo, no exercício das competências previstas na Resolução CVM nº 175, deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, pela destituição da CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda., (atual denominação da REAG Trust Administradora de Recursos Ltda.) e da atual gestora de suas respectivas funções relacionadas ao Fundo.

A deliberação contempla a substituição dos prestadores responsáveis pelas atividades de administração fiduciária, distribuição, controladoria, tesouraria, escrituração, custódia e gestão da carteira de ativos do Fundo.

A destituição decorreu de deliberação exclusiva dos cotistas, não estando sua eficácia condicionada à anuência, concordância ou assinatura da CBSF ou da atual gestora, permanecendo sujeita ao cumprimento dos procedimentos operacionais e formais necessários à transição dos prestadores de serviços, nos termos da regulamentação aplicável e da respectiva ata de deliberação.

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, a transição encontrava-se em andamento, não tendo sido identificados efeitos que requeressem ajustes nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo nesta data.

Marcos Ferreira Costa **Diretor Responsável**	**Alan Venturini Souza** **Contador 1SP-302045/O-3**